

A Teoria da Descrição e uma reflexão sobre as motivações filosóficas da tese da rigidez dos nomes próprios: um argumento favorável a Russel

Dr. Lucas Ribeiro Vollet¹

Resumo: Nesse artigo escolhemos dar voz ao conflito entre Bertrand Russel e Saul Kripke, enunciado como uma disputa entre a teoria das descrições e a tese da rigidez, pela seguinte perspectiva: (1) sugeriremos a convergência dessas duas facções de interpretação do conteúdo proposicional no seguinte objetivo: isolar ou eliminar a contribuição semântica de termos cuja carga inferencial-conotativa é sensível ao contexto modal-temporal; (2) Distinguiremos a estratégia de Russel e a de Kripke sugerindo essa linha interpretativa: a teoria dos símbolos incompletos (Russel) mantém a previsibilidade semântica ou o papel proposicional secundário dos termos contextualmente eliminados, enquanto a teoria da rigidez (Kripke) apenas elimina a ambiguidade sem lhe conceder um papel contextual; (3) Argumentaremos que a teoria de Kripke conserva um apelo intuitivo apenas se consideramos a sensibilidade de nossas proposições ao contexto (modal-temporal) como algo de supérfluo, ou como problemas epistêmicos indiferentes à questão da necessidade. Mas era exatamente esse aspecto epistêmico da questão da necessidade que Russel queria exprimir e que ele achou filosoficamente interessante para uma teoria do significado; (4) Argumentaremos que a rigidez da referência é uma nova estratégia essencialista para designar a inalterabilidade referencial de identificações proposicionais. Nesse aspecto, ela revive uma antiga tese, mas o preço é apagar conquistas da filosofia analítica e do empirismo do último século: a de aprender a contextualizar o problema referencial à identidade de funções ou ficções lógicas. A teoria da substituição de termos conotativos por funções pode não ser a última palavra na solução ao problema da identidade – mas ainda é a mais preparada para lidar com problemas de indeterminação interpretativa, tradução e para dar uma caracterização lógica para a incomensurabilidade entre teorias científicas.

Palavras-chave: teoria das descrições, rigidez, essencialismo.

Abstract: We chose to enunciate the dispute between Russel's theory of descriptions and Kripke's thesis about rigidity from the following perspective: (1) We will suggest the convergence of these two factions of interpretation of the propositional content in this point: they both suggest to isolate or eliminate the semantic contribution of terms whose inferential-connotative charge is sensitive to the modal-temporal context. (2). We will distinguish Russel's and Kripke's strategy by suggesting this interpretive line: the theory of incomplete symbols (Russel) maintains semantic predictability or the secondary propositional role of contextually eliminated terms, while the theory of rigidity (Kripke) only eliminates ambiguity without giving it a contextual role. (3). We will argue that Kripke's theory retains an intuitive appeal only if we consider the sensitivity of our propositions to the context (modal-temporal) as something superfluous, or as epistemic problems indifferent to the question of necessity. But it was precisely this epistemic aspect of the question of necessity that Russel wanted to express and that he found philosophically interesting for a theory of meaning. (4). We will argue that the rigidity of the reference is a new essentialist strategy to designate the referential inalterability

¹ Possui graduação em filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), e doutorado em Filosofia (2016) pela mesma Universidade, atuando principalmente no seguinte tema: juízo, razão prática, validade, ciência.

of propositional identifications. In this respect, it revives an old thesis, but the price is to erase conquests of analytical philosophy and empiricism of the last century: that of learning how to contextualize the reference problem to the identity of logical functions or fictions. The theory of substituting connotative terms for functions may not be the last word in the solution to the problem of identity - but it is still the best prepared ontology to deal with problems of interpretive indeterminacy, translation and incommensurability between scientific theories.

Keywords: theory of description, rigidity, essentialism.

Russel e a importância de On Denoting

Toda tradição tem seus clássicos. Quando *On Denoting* foi publicado na *Mind* em 1905, sob as garantias de Bertrand Russel (1872 – 1970) e seus argumentos para amenizar a relutância dos editores, um novo modo de filosofia foi inaugurado. F. P. Ramsey chamou-o de “um modelo do filosofar”. E o próprio autor antecipou o que sabia sobre o alcance de um questionamento dos problemas da filosofia pelo ponto de vista dos mistérios da proposição, ou da sua expressão gramatical e física: as sentenças. Uma frase subestimada no interior do texto revela o apreço de Russel pelos enigmas, como espécies de substitutos, para a lógica, dos testes empíricos na ciência positiva. As consequências dessa frase floresceram. A filosofia analítica, como viria a ser chamada a escola concentrada na profissionalização da suspeita de que “as dificuldades concernentes à denotação são todas consequências de uma análise errônea das proposições” (1978, p. 4), fez dos enigmas da expressão simbólica a sua fonte de alimento intelectual. Em *On Denoting*, o autor escolhe como tema as expressões denotativas, não apenas porque “a interpretação de tais expressões é um assunto de considerável dificuldade” (1978, p. 3), mas porque a natureza dessas dificuldades transmite atenção para uma teoria geral responsabilmente lógica sobre a significação.

O artigo começa dando conhecer ao leitor o que o autor entende por expressões denotativas. Os exemplos variam entre denotações ambíguas (um homem), definidas (o atual Rei da Inglaterra) e expressões denotativas sem objeto (o atual Rei da França). A dificuldade começa por aquela que o autor vê em todo conhecimento que não é “de trato”, entendendo essa expressão como o gênero de conhecimento que temos de imediato e independente de descrição. É a natureza desse conhecimento que o intriga, e a questão sobre se é um conhecimento lógico ou de outra espécie (pragmático, causal, psicológico) é parte fundamental das dúvidas que o moveram em outros escritos. Uma expressão como ‘a revolução do sol ao redor da Terra’ tem uma carga não acessível por um conhecimento de trato: “podemos afirmar um determinado número de proposições acerca dele; mas não temos conhecimento de trato (...) que é conhecido por nós apenas como descrição” (1978, p. 3). O artigo de Russel é elaborado com o propósito

de solucionar questões que surgem com essa divisão. Como o nosso artigo tem seus próprios propósitos, iremos generalizar o tipo de problema contido em conhecimentos que não são adquiridos “de trato” com uma expressão que será útil até nossa conclusão. Chamaremos essa de carga teórica que, por sua vez, envolve uma carga conotativa. Em nossa hipótese de leitura, Bertrand Russel acredita que toda carga teórica presente em uma sentença envolve algum dispositivo de inteligência lógica (e poderíamos acrescentar: semântica); ou deveria envolver, se não fossem obstáculos persistentes que a linguagem opõe ao raciocínio.

Um passo que podemos adiantar também é o seguinte. Russel lamenta a estrutura da gramática ordinária para abordar o problema. Quando faz isso, o filósofo demonstra sua reprovação à limitação da linguagem vulgar para dar expressão explícita ao tipo de inteligência lógica presente em um signo que, para adquirir significado, precisa ser inferido: como ‘a revolução da Terra ao redor do sol’. Se lembrarmos que, em nossa leitura, esse tipo de inteligência lógica tem de ter desembaraço técnico para lidar com a carga teórica das expressões, podemos colher a seguinte conclusão: Russel pertence a um grupo de pensadores preocupados com o comportamento da forma verifuncional geral das proposições em contextos com grande carga teórica, ou, o que é o mesmo: contextos em que os termos estão associados a possíveis inferências não explícitas no seu conteúdo denotativo. Para usar um termo comum nos escritos de Stuart Mill, chamemos de carga conotativa ao peso teórico excessivo de expressões como essa. O problema sobre a conexão lógico-semântica que conectaria a denotação às suas características conotativas não pode entrar na sentença como um problema independente ou secundário sem um custo.

Tradicionalmente, a Teoria das Descrições parece concluir bem menos do que isso. Há uma espécie de consenso sobre o valor do argumento, mas raramente a sua conexão com objetivos filosóficos mais profundos de Russel é assinalada de maneira direta. A teoria ganhou reputação pela capacidade de inspirar essa ilusão, de estar aberta à leitura como uma solução técnica direta e enxuta, com um potencial filosófico aberto. Um procedimento comum na literatura filosófica é apresentar o argumento como parte de uma herança mais ampla, que foi capitalizada filosoficamente por Wittgenstein e o positivismo lógico. Essas escolas mantiveram a legenda da análise como um projeto de liberar a forma lógica escondida da proposição. Mas isso pode ser desencaminhador. Se não observarmos com mais atenção a característica da discussão em que Russel se incluía, e formos direto ao emprego de sua tese por Wittgenstein, não saberemos como reagir às críticas mais recentes que a sua tese recebeu de teóricos da

referência direta. A leitura, nesse artigo, irá resgatar os elementos da teoria da descrição que dialogam com uma teoria dos nomes próprios.

Naturalmente, Russel tem também uma tese técnica: para ele, símbolos que podem ser substituídos por suas descrições tem um teor conotativo, cujas repercussões inferenciais devem ser passíveis de serem expressas em outra sentença ou no âmbito restrito e secundário da sentença principal. A sua tese da descrição se coordena com a tese sobre a incompletude destes símbolos. Nesse primeiro objetivo, paralelo à teoria de Frege que condiciona o sentido de expressões ao contexto da proposição, Russel acrescenta outro: reduzir essa contribuição específica de expressões que simbolizam incompletamente a uma que possa ser logicamente responsável. Essa expressão é propositalmente moralista, porque ela pretende invocar o peso normativo de juízo envolvido no projeto de Russel: o pensador acredita estar distinguindo entre uma concepção lógica correta, capaz de dar transparência às condições de verdade das sentenças, e uma concepção lógica incorreta, que simboliza as condições de verdade da sentença em contextos restritos como o causal, ou o psicológico. Os últimos contextos são os que precisam ser inferidos e, portanto, entram nas condições de verdade da sentença com um peso semântico carregado; o problema da carga pode ser enunciado assim. Ela faz a expressão depender de mais do que o contexto proposicional, ou, o que é outro aspecto desse efeito: a expressão recondiciona a dependência proposicional. Ser uma expressão logicamente ou semanticamente responsável, pode ser entendido no seguinte sentido primário: a sentença em que entram os símbolos incompletos deve ser apta a funcionar verifuncionalmente. Isto é, a sua verdade ou falsidade não pode ser pressuposta ou dogmaticamente inferida, mas deve poder ser avaliada mecanicamente pelo mapeamento de valor a suas instâncias. Para os símbolos incompletos, isso significa que sua contribuição tem de evitar a contaminação da sentença principal com sua carga teórica. E é para teorizar o problema em que está envolvida uma sentença com carga teórica que Russel usa as funções proposicionais.

A teoria das funções de verdade é exposta no início do artigo, junto com a promessa de discutir na sequência as teses de Frege e Meinong, argumentar a seu próprio favor e, enfim, explorar as consequências filosóficas do que expôs. Usaremos, em vez do texto, a exposição de Ayer:

Russel parte do conceito de uma função proposicional que é sempre verdadeira, isto é, que é verdadeira para todos os valores das variáveis. “(...) Dizer, por exemplo, que um ser humano caminhou sobre a lua é dizer que a função proposicional ‘x caminhou sobre a lua’

encerra, algumas vezes, o valor verdadeiro, ou, em outras palavras, verdadeiro para pelo menos um valor de x ” (Ayer, 1972, p. 56).

Durante o texto de *On Denoting*, Russel usa o problema da existência como paradigmático para representar o problema das denotações com carga teórica não semanticamente domesticada. O texto coloca em perspectiva a incapacidade de decidir se o predicado “careca” se aplica ou não ao Rei da França porque: “se enumerarmos as coisas que são carecas, e em seguida as coisas que não são carecas, não encontraremos o Rei da França em nenhuma lista” (1980, p. 8). Mas pode-se estender a questão para as outras. Isso pois entidades inexistentes são apenas o exemplo mais paradigmático ou intuitivo daquela espécie de identidade referencial que é dita “não depender” de condições extensionais: as intensões, objetos de atitudes intencionais e proposicionais, etc. Tudo o que é referencial por mera “construção da identidade”, portanto, cai nesse problema. Pois atribuições de semelhança, diferença, realidade ou causalidade são igualmente problematizações não diretamente relacionadas a como as instâncias se inserem em uma relação de verificação ou falseamento da sentença. Elas têm muita carga. Uma maneira simples de representar esse desafio é assim: a expressão incompleta não ajuda a determinar a contribuição unívoca dos verificadores possíveis para a verdade ou falsidade da sentença. Não há transparência semântica sobre como a “identidade entre a e b” fundamenta o apoio a uma sentença e recusa apoio a outra. Essa afirmação, apesar o alto grau de intrincamento filosófico, pode ser elucidada com um exemplo simples: a diferença entre a e b pode ser logicamente expressa apenas como um aspecto segundo o qual a e b não tem instâncias comuns. Mas isso só pode ser verificado indutivamente, o que aqui significa simplesmente isso: não logicamente. Podemos usar a regra da responsabilidade lógica sempre que nos deparamos com a recusa de Russel a permitir princípios de inferência não demonstrativos – indutivos, sintéticos, psicológicos – como contribuição semântica às sentenças.

Como não há como prever verifuncionalmente essa diferença entre a e b, Russel sugere que as reduzamos ao que de fato poderia contribuir semanticamente para a sentença; e isso o leva a sugerir que a interpretemos como variações concomitantes de classes de possíveis objetos ou regras que mostrem algo em comum entre instâncias incongruentes. Se falamos da diferença entre o Taj Mahal e o Cristo redentor, nosso objetivo lógico é marcar um traço geral que regula a divergência entre qualquer fatia de concreto ou tijolo que instancie um ou o outro. Russel dita uma lei de responsabilidade lógica que enuncia que o predicado “a diferença entre” classifica conceitos, funções, traços gerais ou “variações concomitantes”. Esse nível de conhecimento

lógico não é impossível, mas está irremediavelmente em uma ordem de complexidade que justifica o título de “incompleto” aos símbolos que o exprimem.

Reduzindo a questão da identidade à de funções, como diria Ayer: “segue-se, daí, que os tipos de objetos que se diz existirem dependerão dos tipos de funções proposicionais que poderão ser satisfeitas. E essa é a fonte da afortunada máxima do professor Quine: ‘Ser é ser o valor de uma variável’” (Ayer, 1972, p. 58). Assim podemos responder às dificuldades criadas pela carga teórica das sentenças e o conteúdo conotativo dos termos referenciais.

Designação rígida e Escopo: a convergência dos objetivos dessas facções de debate lógico-semântico contemporâneo

Os últimos passos da filosofia da lógica, especialmente aquela parte interessada em dar critérios para interpretar o conteúdo semântico das sentenças, resgataram uma atenção concentrada a uma teoria rival a de Russel, que pode ser rastreada a Stuart Mill, sobre os nomes próprios. É a Teoria da Referência Direta. Em oposição a essa, Russel propôs uma alternativa que se conservou popular pelos enigmas que resolvia. Na Filosofia do Atomismo Lógico: “Quando usamos a palavra Sócrates, estamos na verdade usando uma descrição” (1978, p. 72) É menos raro hoje que os artigos sobre o tema já não iniciem enunciando a teoria de Russel como paradigmática. Uma nova tendência já a trata como a desafiante. Vamos enunciar novamente o problema para explorar os meios como ele se manifesta nessa nova discussão.

Kripke e os novos essencialistas partem da premissa de que aquilo que torna uma proposição necessária, ou verdadeira, ou falsa, não pode ser um fato de compatibilidade ou incompatibilidade psicológica ou epistêmica entre a proposição e o mundo. Por isso mesmo não é logicamente inteligente definir as condições de verdade de uma proposição considerando apenas os elementos que a confirmam. A independência do sentido à confirmação tem de ser enunciado como uma propriedade modal, que assinala à proposição um valor de verdade em qualquer mundo possível. O pouco caso com as descrições nasce daqui. Descrições são estratégias referenciais ligadas ao conhecimento da proposição, e por isso não podem resistir à mudança de contexto modal sem corromper o valor de verdade da sentença. Se descrições fossem admitidas como substitutos sinonímicos da referência, tornaríamos a sentença inteira em que eles entram sensíveis a alterações modais e contrafatuais: isto é, a verdade ou falsidade da sentença mudaria se acrescentássemos operadores tempo-modais a elas. Nesse caso admitiríamos a desconcertante perspectiva de que nossa avaliação da necessidade ou da possibilidade fosse ajudada ou alterada por como respondemos perguntas sobre o que uma pessoa sabe ou deixa de saber a priori ou a posteriori histórica, físico-químico ou teoricamente

sobre Sócrates, violando uma condição que Platina enunciou perfeitamente: “a questão sobre se a conjectura de Goldbach é auto evidente (...) é distinta da questão sobre se é uma verdade necessária” (1982, p. 5).

A dificuldade enunciada acima sugere que há certo conhecimento contrafactual sobre Sócrates que é expresso em qualquer proposição sobre ele, e que é em virtude desse conteúdo que proposições falsas e necessárias sobre ele podem nos ensinar algo de padronizado sobre o seu papel semântico. Quando enunciamos proposições, essas de fato pressupõem que sua verdade não depende apenas de uma compatibilidade empírica ou fatural, e tampouco que sua falsidade dependeria da compatibilidade empírica e fatural com uma realidade inexistente; o que procuramos é uma dependência, sim, mas uma que é, em natureza, lógica. Essa dependência que a proposição falsa tem de um fundamento positivo pode ser construída em uma proposição oposta. É na medida em que pode funcionar como argumento de oposição a essa última que dizemos ter um conteúdo semântico determinado, isto é, na medida em que pode semanticamente funcionar em uma inferência que o nega.

Russel não negligenciou o problema de determinar o conteúdo semântico – o potencial argumentativo e inferencial – de proposições falsas. Teve a presença de espírito também de reconhecer o enigma quando usamos termos sensíveis a alteração modal ou temporal: “somos tentados a achar que há duas pessoas, (...) e que acontece serem essas pessoas a mesma” (Russel, 1978, p. 109). A sua solução foi traduzir o termo referencial por uma variável que escapa ao escopo da previsão tempo-modal. O autor de *On Denoting* constrói sua tese sobre os nomes próprios ambíguos: “trata-se de um nome próprio ambíguo, mas da mesma forma um nome próprio, (...). A importância dos nomes próprios, no sentido em que estou falando, está no sentido da lógica, não no da vida cotidiana” (Russel, 1978, p. 72). Não iremos desenvolver a tese sobre os dêiticos (isto, aquilo) e sua tese da familiaridade; usaremos uma estratégia a nosso ver mais efetiva de exposição: mostrar o que o autor acredita ter mais “sentido lógico” na ambiguidade dos nomes próprios.

Russel acredita que quando estudamos o valor lógico de uma sentença, não pode entrar na avaliação elementos conotativos não explicados. Portanto, para ele é natural pensar nos nomes próprios-lógicos como elementos destituídos de conotação; porém, como não podemos entrar em contato direto com substâncias complexas com partes espaço-temporais, o autor prefere essa estratégia, que durou mais do que suas outras teses sobre familiaridade: a de que os particulares autosubsistentes que entram em nossas proposições, entram nelas com uma ambiguidade lógica fundamental. Isto é, podem variar largamente com o contexto modal,

temporal e etc. Logicamente, portanto, nos referimos a esses entes como uma espécie de complexo de possibilidades lógicas. Agora, para não admitirmos a opinião exótica de que um mesmo discurso pode ter duas proposições em vez de uma, falando de dois objetos usando o mesmo conteúdo semântico, usamos a estratégia seguinte: fazemos a distinção de conteúdo mudando o seu escopo. Agimos como quem se autocondiciona dizendo: nem tudo o que vale para o objeto-no-tempo t , vale para ele no tempo- t^1 . Reprogramamos o conteúdo preditivo da sentença para que ela possa preservar o conteúdo semântico em múltiplos contextos tempo-modais. Russel propõe estratégias de paráfrase-técnicas em que a identidade referencial é colocada fora do escopo restrito da sentença, e exprime assim uma contribuição argumentativa heterodoxa, secundária ou incompleta. Assim podemos escapar à objeção de que “esse Iate não é maior do que é” quando enunciamos que ele poderia ser maior. Como o Iate não é um componente da sentença, mas uma função ou conceito, não precisamos que ele exista de fato para determinar as condições em que ele seria maior. O inconveniente é, claro, o preço pago: nossa ontologia será composta por meras instâncias de variáveis.

Para evitar esse último inconveniente, podemos resgatar um aspecto das teorias ingênuas sobre a referência: diremos que não há elementos conotativos nos nomes usados como sujeito gramatical. E com isso não precisamos nos preocupar com como o tempo, a relação e a possibilidade contrafactual mudariam o conteúdo proposicional das sentenças. Simplesmente, a questão não entra para os nomes próprios. Outra vantagem da abordagem modal é que ela evita que uma mesma proposição seja recondicionada, ou contextualizada pelo recurso ao escopo. Ela acredita que para atender à exigência de unidade relativa de seu valor semântico, a proposição tem de ter uma referência não ambígua. O apelo da teoria é intuitivo. Termos flexíveis, naturalmente, não obedecem à prescrição modal-temporal do operador como um termo neutro com relação ao tempo. Essa desvantagem que expressões flexíveis tem contra os nomes próprios é evidente. O surpreendente é que os lógicos modais tenham optado por extirpar as descrições, e não o status verifuncional da lógica modal. Mas essa escolha é um sintoma muito mais geral da época.

Tudo isso é bastante intuitivo. Talvez intuitivo demais. É uma antiga ambição da proposição retratar uma fatia da realidade que só pode apoiar ou retirar apoio dela uma única vez. As histórias e mitologias envolvendo essa esperança na força de des-relativizar que a proposição teria são antigas e profundas. Como a realidade é notável por mudar, a proposição se dá a tarefa de ser ajustável às mudanças, usando recursos semânticos que não são senão as garantias institucionais da linguagem para funcionar de modo regular. Isso é uma ambição mais

viável em proposições sobre o passado. Se dissermos que Aristóteles era o professor de Alexandre, padronizamos nossas expectativas pela regra de que as evidências que apoiam essa proposição não possam construir um estado de coisas que a refute. Mas, obviamente, se a proposição contivesse codificada uma informação sobre o tempo ou o modo em que ela pode ser lida como verdadeira – por exemplo, se “Aristóteles” fosse o personagem de uma ficção ou um mundo possível – essas evidências não se comportariam de modo unificado em seu apoio ou não. Por puro instinto defensivo, uma vez que a proposição existe para registrar um padrão argumentativo, tentamos elaborar o que queremos dizer com o mínimo de ruído, poluição, ou carga inferencial: enunciamos o problema da proposição com o máximo de independência tempo-modal. E os nomes próprios aqui, se auto convidam. Em proposições sobre o futuro isso se complica, pois então entramos no velho problema da indução: como ajustar o conteúdo proposicional à predição de verdade sem ter de recondicionar a proposição inicial com um conteúdo suplementar? Em todo caso, o que um kripkeano pode ter antecipado é isso: a substituição de nomes por descrições parece complicar nossa vida desnecessariamente, porque sugere uma escolha lógico-semântica voluntariamente derrotista. Sacrificamos a unidade global da proposição e acrescentamos ao problema sobre se ela é ou não verdadeira – que deveria ser resolvido somente por suas evidências a favor e contra – esse problema adicional sobre o “escopo”, isto é, sobre nossa escolha do tipo de paráfrase capaz de tirar a descrição do escopo de operadores de identificação ontológica.

A escolha entre uma estratégia de escopo e uma de designação rígida foi largamente discutida. Micheal Dummet mostrou ceticismo a respeito da capacidade da designação rígida resolver todos os problemas que uma solução de parafrasear para fora do escopo solucionam. Nós diríamos mais: que não está claro como os problemas coincidem. Alguém procurando paráfrases para ensinar alguém a corrigir uma proposição geralmente está lidando com problema pedagógicos sobre a padronização do valor sentencial que um adepto da teoria da rigidez sequer considera. De fato, exprimimos uma intuição lógica legítima quando nos engajamos em paráfrases, que a designação rígida não é capaz de exprimir: exprimimos nosso conhecimento relativo a limitações tempo-modais que se refletem na carga semântica incompleta – ou dependente de contexto – de certos símbolos. Mas ainda não iremos abordar esse assunto. Cumpre observar, por enquanto, que nas discussões recentes que colocam em confronto a estratégia Russel-fregeana contra a modal-kripkeana, poucas vezes se faz notar algo importante. Para nós, isso é importante ao ponto em que a discussão perde o sentido, se não o lembrarmos. Esse é o fato de que os objetivos iniciais dos contendores são muito parecidos, e

os problemas que eles desejam evitar também. Russel elaborou sua teoria das descrições não por uma opinião técnica isolada e abstrata sobre a “identificação” de entidades através de recursos descritivos. Essa é a parte superficial de sua teoria. Ela é somente parte de sua teoria dos símbolos incompletos, que pretendia alcançar o resultado completamente revolucionário, para a época, de esquematizar um instrumento de eliminação de carga semântica indesejada (dependente de contexto) de símbolos incompletos em uma sentença. O seu projeto era, portanto, como o de Kripke, evitar o excesso de carga inferencial que um termo como “professor de Alexandre” podia ter ao ser usado em uma sentença sobre Aristóteles, e evitar, assim como Kripke, que a avaliação de sentenças sobre Aristóteles pudesse ser mapeada como necessária, apenas porque escolhemos descrições mais ou menos obviamente e a priori ligadas aos nossos pressupostos semânticos. A dificuldade mais premente em entrar nessa discussão, contemporaneamente, é entrar nela esquecendo essa convergência de objetivos.

Se lembrarmos disso, desaparece muito da intuitividade que tem sido invocada sempre a favor de Kripke. Porque veremos então que o problema está longe de ser intuitivo: compreende uma dificuldade contra a qual o senso comum pode se imaginar imune, mas que o desafia sempre quando precisa enunciar proposições um pouco mais científicas: isto é, sempre quando a referência de suas proposições precisa ser conservada no tempo e em circunstâncias contrafatuais. Não parece que o senso comum irá superar essas dificuldades simplesmente por recurso aos nomes próprios, assim como um mal cientista não evitará a contradição quando faz induções pobres usando artifícios técnicos para superar as limitações preditivas. Um problema que a filosofia nunca achou trivial é o da persistência da referência, e se tentarmos codificar essa persistência através de índices, como o ladrão das mil e uma noites pintando a casa alvo de vermelho, ficaremos vulneráveis a, como na história, sermos frustrados pela feiticeira que pinta as outras casas com a mesma cor.

A apreciação semântica da ambiguidade: uma crítica a Kripke e ao recurso da rigidez semântica

Assim que se percebe que Russel queria o mesmo que Kripke, se torna muito menos atraente o apelo à intuitividade do último. Pois então restituímos o problema a sua escala radical, e assim extirpada da ilusão de trivialidade dada pelo apelo aos nomes próprios, nos deparamos com o problema geral da persistência temporal e modal da referência no seu lugar: como um problema de que não podemos nos furtar através de artifícios técnicos fáceis. Os nomes de fato eliminam a ambiguidade de maneira fácil. A pergunta que precisamos fazer é: seria isso conveniente? Exploraremos a seguir a tese de que a sensibilidade semântica à

ambiguidade não é supérflua, e mostra uma capacidade dessa linguagem para operar ajustes inteligentes em suas teses sobre a analiticidade ou a necessidade.

Dummet percebeu, no capítulo sobre Kripke de *Interpretation of Frege's Philosophy*, que “contra a grande conveniência notacional do mecanismo da rigidez a contrapartida é a sua falta de flexibilidade. Ao considerar um termo como designador rígido, nós excluimos a possibilidade da ambiguidade” (1981, p. 484). A teoria semântica que constrói um lugar para termos ambíguos desapareceria, e em seu lugar teríamos termos rígidos e uma semântica cega aos sintomas saudáveis da flexibilidade de alguns símbolos. Junto com a ambiguidade, desaparece a flexibilidade que permite à ciência se antecipar e controlar a repercussão semântica sistemática de uma re-classificação dos planetas que deixa de fora Plutão. Não poderíamos re-discutir classificações naturais que precisam de revisão, e proposições hipotéticas sobre o que seria Plutão, se não fosse um planeta, não teriam qualquer caracterização semântica: seriam meros contrassensos epistêmicos. O recurso à rigidez canoniza esse dogmatismo, ao dificultar ou cancelar a caracterização semântica – isto é, predição da contribuição referencial – de divergências de sentido entre “estrela da manhã” e “estrela da tarde”. Em outras palavras, perderíamos capacidade de prever ou controlar semanticamente os modos especificamente distintos como esses termos afetam as proposições em que eles entram.

Isso sugere que a ambiguidade é importante. Ela não ocorre por acaso no interior de um espaço semântico; fala algo sobre as limitações interpretativas de uma época, contexto ou ciência. Do ponto de vista abstrato, algo é ambíguo por dois motivos: 1. É sensível ao contexto (contrafactual, temporal, etc) e 2. Ainda não há recursos semânticos para codificar inferencialmente ou preditivamente o seu comportamento sensível ao contexto. Tentador é propor a codificação ad hoc, através de nomes próprios, para suprir a última dificuldade. Mas, antes de tudo, isso só faria a semântica perder sensibilidade a questões empíricas e indutivas como a das re-classificações e revisões de antigas teorias. E, em segundo lugar, isso seria um gênero de solução similar ao uso de artifícios para diminuir os efeitos das crises silenciando os seus sintomas. É o sintoma de uma incógnita, um *x*, que ainda não pode se tornar o problema principal de nossa sentença e, portanto, cumpre transformá-lo em um problema secundário, que não é sensível diretamente ao potencial total – a maximização modal ou temporal – da proposição de que ele é componente. Caracterizá-lo como um “*x*” que responde ao contexto por intermédio de uma característica conotativa, como a “estrela-da-manhacidade” é, portanto, mais do que um artifício: é uma maneira de conservar a flexibilidade necessária à inteligência, quando especula sobre circunstâncias contrafatuais.

A natureza da proposição: o alcance semântico da inalterabilidade proposicional

Entramos em um desafio que convida o antigo problema do essencialismo, ou da identidade da referência consigo a despeito do tempo, espaço, relação e situação; a propriedade que não poderia ser subtraída ao objeto denotado sem que ele deixasse de ser ele mesmo. Que existam problemas relacionados à identidade que envolvem a previsão do quanto um objeto pode perder de suas características sem deixar de ser ele mesmo, é uma forma típica de representar metafisicamente a dificuldade da referência resistir a situações contrafatuais. Conhecer a essência de Aristóteles seria, se de alguma maneira isso é informativo, conhecer algo similar à estrutura mínima da realidade que sustenta a presença de Aristóteles, isto é, aquilo que permite inferir a presença de Aristóteles mesmo em situações muito diferentes das que ele viveu no nosso mundo. Isso envolve, naturalmente, aquela espécie de conhecimento da identidade que não pode ser ensinado pela experiência, posto que a experiência codifica a identidade de Aristóteles para a situação de referência atual e contingente, mas, para falar como Kant, não ensina que não poderia ser de outro modo. Russel tentou solucionar o caso ao mesmo tempo evitando o essencialismo e qualquer outra teoria sobre Aristóteles baseada em condições causais ou categorias de síntese. Ele preferiu a solução de eliminá-lo do discurso, como uma abreviação de aspectos estruturais da realidade que nós só conhecemos em um sentido muito abstrato e geral, e que entra nas nossas proposições ao modo de uma variável quantificada. Por que Kripke, defendendo a identidade de Aristóteles consigo mesmo, preferiu uma teoria em que essa essência seria conhecida de forma menos abstrata e geral? A resposta é difícil, especialmente porque nunca ficou completamente determinado que a solução de Kripke tem ascendência sobre a de Russel. Mas na introdução póstuma a *Naming and Necessity*, o autor dá sinais sobre sua escolha.

A resposta adequada sobre a preferência de Kripke, a nosso ver, está em sua perspectiva geral sobre o alcance semântico da unidade proposicional para esgotar as condições da solução possíveis para sua verdade. O autor tem uma resistência sintomática a soluções que rompam ou dilacerem a proposição em muitas condições, muitas vezes heterogêneas. Podemos associar isso à sua personalidade essencialista. Há algo no essencialista: ele não gosta de ter de dividir a solução de um problema de verdade ou falsidade com códigos de interpretação não padronizados na própria proposição – no caso, códigos sensíveis à alteração tempo-modal. É a sua teoria mais fundamental sobre o papel da proposição que determinou sua escolha definitivamente. O autor assere distintamente que uma leitura correta da proposição “Aristóteles era amistoso a cães” não pode ser completamente inteligível se conhecemos apenas

as condições fatuais contingentes que caracteriza essa amistosidade. O que isso afirma é que não somos ensinados sobre o estado de coisas – a proposição – que faz a sentença correlata verdadeira se não fossemos capazes de reconhecer a verdade da sentença em situações diferentes das atuais. Essa tese é, em certa medida, exótica: pois supõe que as teorias históricas sobre a identidade de Aristóteles poderiam ser substituídas por um conhecimento de outro tipo, ainda indeterminado, sobre a aristotelicidade essencial. Mas a tese de Kripke resiste porque é claro que aquilo que codifica a identidade entre Aristóteles e a amistosidade a cães, apesar de contingente em natureza – porque simboliza uma condição de identidade que depende de condições bastante particulares – tem uma espécie de rigidez que perpetua a referência unívoca de Aristóteles em todos os mundos possíveis em que estudamos sua amistosidade ou não amistosidade a cães.

O que permanece simples e logicamente mínimo em um aprendizado sobre a verdade da sentença, se o problema fosse achá-lo, envolveria conhecer como ela seria verificada mesmo em outras circunstâncias, pois com isso unificamos os fundamentos que a apoiam em oposição aos que não a apoiam. E é razoável dizer que quem conhece o modo de verificar ou provar a sentença conhece também algo diferente: o que se expressa no comportamento semântico como a rigidez da designação. Não importa se esse conhecimento é adquirido a posteriori, o importante é que ele não pode estar fora de nosso conhecimento geral das sentenças envolvendo Aristóteles. Kripke acredita que o problema da rigidez está associado ao problema da proposição, e a sua oposição a Russel está relacionada, portanto, a uma leitura peculiar da teoria das descrições: segunda a qual, ao Russel sacrificar a rigidez dos nomes, ele também abdicaria da capacidade de conhecer o que faz uma sentença sobre Aristóteles verdadeira:

Contrafactualmente, as condições de Russel podem variar amplamente daqueles supostas pela tese da rigidez. Com respeito à situação contrafactual onde alguém diferente de Aristóteles teria sido o último grande filósofo da antiguidade, o critério de Russel faria com que a amistosidade a cães de outra pessoa fosse o problema relevante para a correção de (I) (2001, p. 7).

O artifício técnico de Kripke é introduzido como se fosse o resgate filosófico de uma noção implicitamente intuitiva. No nosso falar cotidiano, usamos nomes próprios pois eles representam o artifício da rigidez intuitivamente. Mas a suposta intuitividade não deve servir aqui de salvo conduto. Antes de tudo, é verdade que a teria de Russel sacrifica junto com a rigidez dos nomes – a sua tradução por símbolos incompletos – a capacidade de reconhecer o problema relevante para a verdade de “Aristóteles é amistosidade a cães”? A resposta mais direta

é: não. Antes de tudo, lembremos que sua atenção ao problema não era superficial: “a essência da proposição consiste em que ela pode corresponder de duas maneiras aos fatos, os quais podemos chamar a maneira verdadeira e a falsa” (1978, p. 78). A paráfrase de Russel mostra um esforço de revisão linguística com características técnicas intrincadas que causaram ao próprio autor um grau considerável de desconforto e autoconsciência, como o último parágrafo do seu texto deixa claro: “pedirei ao leitor para não se precaver contra a perspectiva (...) até que tenha tentado construir uma teoria própria sobre o assunto. (...) qualquer que seja a teoria verdadeira, ela não pode ter a simplicidade esperada de antemão” (1978, p. 14). Mas se Russel não pode manter a rigidez tempo-modal esperada por um essencialista, na sua teoria a identidade da variável “x” é abstrata o suficiente para evitar que circunstâncias empíricas e contingentes sejam tomadas como determinantes na avaliação das proposições em que ela entra. Não precisamos nos preocupar, por exemplo, que a ausência ocasional de Reis da França verifique a falsidade da proposição “Rei da França é careca”. Para ele: “não existem fatos falsos, de maneira que não podemos obter um fato para cada proposição, mas apenas para cada par de proposições” (1978, p. 14). Com isso podemos perceber que o autor não estava desavisado sobre o problema lógico. Uma proposição não pode esperar que aquilo que a fundamenta seja completamente indiferente à proposição que se opõe a ela; pelo contrário, o mesmo fato que a fundamenta, tem de refutar o seu par oposto. Agora, um kripikiano pode se perguntar: como Russel espera prever a referência transmudana da proposição, se ele não tem uma explicação para a natureza modal da proposição? A resposta mostra a radicalidade da diferença entre os autores. Enquanto Kripke pensa poder dar uma referência direta e metafísica à essa complexa possibilidade, Russel está mais próximo a uma tese empirista, de que somente pela indução podemos ser ensinados sobre possibilidades contrafatuais. Não temos que nos preocupar que outra referência será tomada no lugar de Aristóteles, apenas porque o substituímos por descrições definidas, e essas por símbolos incompletos. Para ele, “em toda proposição que podemos apreender (...) todos os constituintes são entidades das quais temos conhecimento de trato imediato” (1978, p. 14), mas isso não significa que uma proposição não nos ensina nada sobre o que poderia ter sido, mas sim que ela não pode fazê-lo por referência direta e sem os instrumentos indutivos da ciência empírica.

Conclusão: Duas concepções filosóficas sobre a Lógica

Ora, a leitura ortodoxa é o de que a teoria das descrições de Russel pretendia enunciar uma solução a um vício da gramática ordinária. Quando usamos termos que não restringem de maneira absoluta as condições de verdade da sentença, isto é, que não demarcam exatamente o

que teria de ser diferente para que ela fosse falsa, como termos denotadores ambíguos, a solução seria subtraí-los do escopo da nossa proposição e considerá-los como problemas secundários. Kripke discorda. A forma de nossas enunciações que incluem nomes próprios representa um anseio por rigidez que traduz nossa capacidade de designar valores de verdade absoluto a sentenças, mesmo se essas sentenças forem reconcionadas por termos modais ou pela curiosidade de George IV. Não vejo outra maneira de enunciar quem vence esse conflito, senão declarando o empate.

Esse empate pode ser resolvido, mas não sem reconhecer que temos na arena um conflito entre duas maneiras discrepantes de considerar a lógica e sua relação com o mundo. Em Russel, proposições tem ambiguidades teóricas que se relacionam com o mundo ao modo de ficções traduzíveis por funções. Essas ambiguidades mostram desafios interpretativos ou de tradução que remetem à questão da análise, mas que poderiam ser reproduzidos fora da filosofia analítica pela questão relativa às dificuldades de correlacionar isomorficamente sentenças que contém carga teórica (modal, temporal, citacional, etc) distintas. A verifuncionalidade é um aspecto semântico das sentenças restrita ao seu contexto consensual específico e por isso a interpretação tende a pedir mais justificação quando surge um problema modal, temporal ou quotacional que, associado a ela, a retira do contexto. Não é uma contravenção lógica que uma proposição precise de explicação adjacente, desde que isso tenha uma base lógica reconhecível. A concepção de lógica iniciada por Russel nos trouxe essa concepção de nossa vida proposicional: uma que está de alguma forma relacionada não apenas à produção de proposições, mas à capacidade de análise, que mostra a estrutura em que essas proposições podem requerer um apoio da unidade homogêneo: “a lógica se relaciona com o mundo real tão dedicadamente quanto a zoologia, embora tenha em vista seus traços mais abstratos e gerais” (Russel, in: Ayer, 1972, p. 54). Em casos em que nossas designações de referência são signos que simbolizam incompletamente, Russel não vê outra solução senão observar como elas contribuem para um problema mais geral (de segunda ordem), e o resultado é que não estaríamos interessados em checar se o Rei da França é careca; parece supérfluo observar se as teorias (conceitos, funções) sobre o Rei da França coincidem nos aspectos relativos à estrutura capilar, mas é esse aspecto do problema que nos permite trabalhar a codificação empírica da identidade da referência: e fazer ciência, ao modo moderno.

O que sugere uma discrepância não reconciliável entre essa visão e a de Kripke é que o último visualiza a proposição como algo em essência completa em relação a suas interpretações possíveis. Ele não se assusta com questões de ambiguidade, e parece imaginar

que nossa atividade lógica intuitiva envolve a mais perfeita eliminação de confusões epistêmicas relativas a como descobrimos uma referência:

Para falar das ‘condições de verdade’ de uma sentença como (I), isso deve ser visto como a expressão de uma única proposição – de outra maneira as suas condições de verdade mesmo com relação ao mundo atual seriam indeterminadas. Assim palavras ambíguas (...) precisam ser lidas em um modo determinado (...), termos indexicais precisam ter assinalados referências determinadas, ambiguidades sintáticas precisam ser resolvidas, e precisa ser fixado se ‘Aristóteles’ nomeia o filósofo ou o magnata de navios. (Kripke, p. 9)

Com essa caracterização Kripke dribla décadas de recomendação profissional baseada em questões de análise; e faz parecer que a solução aos problemas estruturais que podem surgir quando um termo é ambíguo ou nada denota poderiam ser resolvidos, confortavelmente, apelando para o contexto semântico unitário da proposição. É inevitável supor que Kripke parece pensar que a eliminação da ambiguidade é feita na própria enunciação proposicional do senso comum, como se o uso de nomes como sujeitos gramaticais nos envolvesse com uma tese intensional ou sobre mundos possíveis (extensional) ampla sobre a essência do objeto em discussão: a aristotelicidade estaria acima de suas instâncias fatuais. Mas a tese de que procuramos solucionar o modo de compreensão contrafactual do objeto ao mesmo tempo que solucionamos problemas sobre ele codificados em proposições simples, envolve muita ambição não falada. Entre elas, envolve a ambição de que uma sentença comum como “Aristóteles é amistoso a cães” codifica um conhecimento lógico estrutural sobre os Aristóteles possíveis. Para Dummett, “Kripke falha em perguntar para que propósito precisamos considerar o valor de verdade de uma sentença com respeito a situações contrafatuais” (Dummett, 1981, p. 582). Se tomarmos a palavra escrita em *On Denoting*, esse propósito é científico, no sentido útil à ciência empírica não metafísica: “coisas tais como a matéria (no sentido em que a matéria ocorre na física) (...) as conhecemos como aquilo que tem mais tais ou quais propriedades” (Russel, 1978, p. 14). Acreditamos que essa crítica atinge o ponto nevrálgico. Pois o aparecimento de questões de segunda-ordem sobre Aristóteles, que podem se manifestar em teses históricas, funções e conceitos de Aristóteles, ou mesmo na redução atômica-física de Aristóteles a seus componentes físico-fenomenais, reflete o aparecimento de questões que não podem ser solucionadas verificionalmente ou por um recurso mecânico. Estamos, nesse caso, explorando no uso do “seria” o modo como projetamos simulações em que Aristóteles figuraria. Isso já não é um conhecimento superficial da proposição. Exige compreender mais do que a proposição. Como diz Dummett:

se o fracasso em ter um domínio das condições de verdade de sentenças com relação a mundos possíveis é manifestado somente na inabilidade de capturar o conteúdo de sentenças nas quais aquela sentença ocorre como constituinte, então é exatamente isso o que ele não entende; fazer quaisquer afirmações mais chocantes [sobre o que faltou à compreensão da sentença] é só brincar com palavras (1981, p. 582).

Referências bibliográficas:

AYER, A.J. As Ideias de Bertrand Russel. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

DUMMET, M. The Interpretation of Frege's Philosophy. Harvard University Press: 1981

FREGE, Gottlob. Lógica e Filosofia da Linguagem; org. trad. Paulo Alcoforado. São Paulo, Edusp, 2009.

KRIPKE, C.I. Naming and Necessity. Harvard Press, 2001.

MILL. S. Sistema de Lógica. Textos Escolhidos. Abril Cultural, 1979.

PLATINGA, A. The Nature of Necessity. Oxford: Clarendon Press. 1974.

QUINE, W.V.O. Dois Dogmas do Empirismo. Ensaios. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

RUSSEL, Da Denotação, Lógica e Conhecimento, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RAKAVISKY, J. The Modal Argument against Nominal Description Theory. 2016.